



EDUCAÇÃO DECOLONIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: caminhos para a valorização dos saberes indígenas no currículo maranhense

Sâmea Cristina Pereira Macedo ¹

Ana Valéria Azevedo dos Santos ²

RESUMO

O presente trabalho discute a relação entre colonialidade, decolonialidade e políticas educacionais, analisando como essas perspectivas influenciam a valorização dos saberes indígenas no currículo da educação maranhense. O estudo reflete sobre as limitações das políticas públicas voltadas à educação escolar indígena, como o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM), evidenciando a necessidade de uma abordagem decolonial que contemple a interculturalidade, o bilinguismo e a autonomia comunitária. A análise ressalta a importância de políticas que assegurem formação docente contextualizada, participação das comunidades indígenas e produção de materiais pedagógicos próprios. Conclui-se que a decolonialidade constitui um caminho para a efetivação de uma política educacional mais justa, plural e representativa das epistemologias indígenas

Palavras-chave: Decolonialidade; Políticas Educacionais; Currículo; Saberes indígenas; Maranhão

Introdução

A educação brasileira, desde o período colonial, foi utilizada como instrumento de dominação cultural e imposição de valores europeus, o que resultou na negação dos saberes e identidades dos povos originários. A colonialidade do saber, conforme propõe Quijano (2005), manteve-se presente mesmo após o fim do colonialismo formal, perpetuando um modelo educacional monocultural e excludente. Nesse contexto, o debate sobre decolonialidade adquire relevância, pois propõe uma ruptura epistemológica e política com o padrão hegemônico de produção do conhecimento.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, samea.macedo@discente.ufma.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, valeriakorban@outlook.com



A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) representam avanços significativos ao reconhecerem o direito dos povos indígenas a uma educação específica, bilíngue e intercultural. Entretanto, as políticas públicas criadas para atender a essa demanda, como o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) e, mais recentemente, o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM, 2019), ainda enfrentam dificuldades para consolidar uma prática efetivamente decolonial.

No Maranhão, onde coexistem diversos povos indígenas com línguas, tradições e modos de vida singulares, a educação constitui um espaço de disputa simbólica e política. As escolas indígenas, muitas vezes, reproduzem currículos e metodologias eurocentradas, distantes das realidades culturais e linguísticas locais. Diante desse cenário, este estudo busca analisar como as políticas educacionais podem ser reinterpretadas à luz da decolonialidade, de modo a promover um currículo que valorize os saberes indígenas e fortaleça as identidades culturais das comunidades maranhenses.

Além de discutir o papel da decolonialidade como horizonte teórico e político, o trabalho também propõe uma reflexão sobre as práticas educacionais que podem contribuir para a construção de uma educação democrática, plural e representativa. Assim, pretende-se demonstrar que as políticas educacionais, quando orientadas por princípios decoloniais, tornam-se instrumentos de resistência e emancipação, capazes de romper com a lógica colonial ainda presente nas estruturas curriculares e pedagógicas do Estado.

Referencial Teórico

O trabalho fundamenta-se nos estudos de Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2008) sobre colonialidade e decolonialidade, compreendendo-as como categorias que explicam a permanência das hierarquias coloniais na produção do conhecimento. A educação decolonial propõe romper com o eurocentrismo e legitimar as epistemologias indígenas como formas válidas de saber. Clarice Cohn (2003) e Flávio Ataíde Júnior (2015) discutem o papel das escolas indígenas como espaços de afirmação cultural e cidadania ativa. O RCNEI (1998) e o DCTM (2019) são analisados como instrumentos normativos que buscam garantir a educação intercultural e bilíngue, mas que ainda carecem de efetividade prática. Assim, a decolonialidade é compreendida como uma proposta política e pedagógica de transformação curricular e emancipação das comunidades indígenas.



Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com análise de documentos oficiais e de referenciais teóricos sobre educação indígena e políticas educacionais. Foram examinados o RCNEI, o DCTM e produções acadêmicas de autores que abordam a decolonialidade, a interculturalidade e a educação indígena. A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo identificar as convergências e lacunas entre o discurso político-educacional e as práticas curriculares implementadas nas escolas indígenas do Maranhão.

Resultados e Discussões

Os resultados indicam que, embora as políticas públicas reconheçam o direito à educação diferenciada, a prática pedagógica ainda reproduz modelos coloniais que desvalorizam os saberes indígenas. No Maranhão, persistem desafios como a falta de infraestrutura, a carência de professores bilíngues e a ausência de materiais didáticos contextualizados. Observa-se, contudo, que a perspectiva decolonial oferece um caminho de reinterpretção dessas políticas, ao propor um currículo construído com participação das comunidades e centrado na interculturalidade. A decolonialidade, nesse sentido, fortalece a identidade dos povos indígenas e transforma o currículo em espaço de resistência e valorização cultural.

Considerações Finais

Conclui-se que a decolonialidade deve orientar a reformulação das políticas educacionais maranhenses, promovendo uma educação intercultural e bilíngue que respeite os modos de vida e as epistemologias indígenas. Para tanto, é fundamental investir na formação continuada de professores, na criação de materiais didáticos próprios e na efetiva participação das comunidades na elaboração curricular. Ao integrar os saberes tradicionais e científicos de forma horizontal, as políticas educacionais podem contribuir para a construção de uma escola democrática, plural e verdadeiramente inclusiva.



Referências

- ATAIDE JÚNIOR, Flávio; ATAIDE, Patrícia Costa. *Educação escolar indígena: impasses e desafios*. Encarte Pedagógico VI, 2015.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Documento Curricular do Território Maranhense: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- COHN, Clarice. *Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da decolonialidade*. Buenos Aires: Del Signo, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, Ismael Pereira da. *Educação, interculturalidade e saberes indígenas*. In: *Interculturalidade, identidade de gênero e personalidade*. São Paulo: Cortez, 2013.